

COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE AS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO ENTRE CABO VERDE, PORTUGAL E A EUROPA, EM MATÉRIA DE SEGURANÇA

TEMA:

CPLP: A GÉNESE DE UM BLOCO ECONÓMICO E CULTURAL

CONFERENCISTA:

**DR. JOÃO DOMINGUES,
*DIRECTOR DO INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES
INTERNACIONAIS E SEGURANÇA***

A língua portuguesa é indiscutivelmente importante e suficientemente viva para que a sua cotação não seja descurada como apreciável veículo cultural e político que se estima para quase 260 milhões de habitantes dentro de uma dúzia de anos. No entanto, à míngua de responsáveis e agentes políticos, e de medidas de promoção e defesa cultural e linguística, a língua portuguesa corre o risco de se diluir num caldeirão global de apenas um ou eventualmente dois ingredientes: a língua inglesa, porventura ombreada pelo castelhano.

Temos deste modo três vertentes indissociáveis (económica, cultural e política) que determinam a sobrevivência e afirmação da língua portuguesa num espaço físico que se quer não só plenamente coincidente com o dos países que lhe dão guarida, como de preferência extravasando-o. Torna-se evidente que a política da língua deve caminhar a par com a política da cultura devendo ambas unir-se num corpo bicéfalo. Também se torna claro que tal política só pode ser frutuosa com uma união de esforços, de um modo persistente, continuado e cadenciado. No actual mundo em que se encolhem distâncias e em que a globalização ignora fronteiras físicas, os países têm a facilidade e o maior interesse em formar blocos com denominadores comuns. Foi graças a um complicado exercício de engenharia política e diplomática que, há oito anos, os sete países que, à altura, tinham o português em comum conseguiram esboçar um fórum que lhes permitiria defender em bloco interesses políticos e culturais, que individualmente dificilmente poderiam trazer quaisquer dividendos económicos ou políticos. Contudo, antes de mais, deve haver espaço a uma política doméstica que permita “arrumar a casa” antes de propor políticas em fora internacionais como a CPLP.

Primeiramente devem ser manifestadas as intenções e as vontades no plano interno, sob pena de se passar a um patamar superior esvaziado de força por falta de conteúdo e por se encontrar desprovido de qualquer estratégia estruturante e eficaz. Ora, neste aspecto, a língua portuguesa está bastante enferma. As principais forças motrizes da CPLP (Brasil e Portugal), deixam transparecer no espelho da CPLP um vazio de intenções quase total e

desconcertante.

Portugal não tem uma política da língua coerente; nas palavras de Eduardo Prado Coelho, “temos uma retórica da língua portuguesa, temos uma gestão da língua, temos demagogos da língua, temos mesmo “gangsters” da língua, mas não temos uma política da língua”. Ainda assim, é de elementar justiça lembrar os esforços daquela instituição que tenta dar um colorido neste cenário sombrio da difusão e promoção da língua portuguesa no mundo: o “Instituto Camões”. No plano interno, convém salientar que a outra força motriz não desenvolveu políticas internas de projecção e divulgação da língua portuguesa no estrangeiro, excepção feita aos diversos leitorados e a um incipiente “Centro de Cultura Brasileiro”. O Brasil confia na sua poderosa máquina de teledifusão para a projecção da língua. É sem sombra de dúvida um poderoso instrumento, sem paralelo em qualquer dos outros sete países da CPLP. De qualquer forma, são iniciativas do âmbito comercial e particular, que não se enquadra em nenhuma política concertada entre os oito.

Em 1989, numa iniciativa anterior à própria CPLP, os países-membros criaram o “Instituto Internacional de Língua Portuguesa”, que viria a ser inserida posteriormente na própria estrutura da Comunidade, tornando-se nos seus propósitos uma verdadeira pedra angular do edifício da lusofonia. Simplesmente, não há instituto que funcione sem conteúdos programáticos realistas e, acima de tudo, sem que possa contar com uma verdadeira vontade política.

Mas, pessimismos à parte, por que motivo é que a língua portuguesa é a terceira língua da Europa ocidental mais falada em todo o mundo? Mais: por que motivo é que a língua portuguesa é, segundo dados compilados pelo “Instituto Camões”, a única que, a par da língua castelhana, tem verificado um acréscimo no número total de falantes, enquanto que outras línguas como o inglês, francês, alemão ou italiano têm diminuído no número de utilizadores da língua, desde a década de 50?

A resposta não é simples nem evidente, e ainda menos se considerarmos que a língua inglesa é uma língua franca utilizada em primeiro lugar sempre que dois interlocutores de línguas diferentes pretendem comunicar, ou que é a língua utilizada em 60-80% dos artigos de informação científica publicados em revistas científicas de renome e que figuram nos relatórios internacionais, seguindo-se-lhe o francês, o alemão e o russo com uma quota situada entre 25 e 30%.

A resposta às questões anteriormente apresentadas pode tornar-se mais clara se atentarmos a que:

- 1) o PIB do conjunto dos países que têm o inglês como língua oficial representa mais de metade do PIB mundial;
- 2) as maiores concentrações de falantes de português e castelhano encontra-se na América Central e do Sul.

Isto pode ajudar a explicar no primeiro caso uma estagnação ou diminuição da taxa de natalidade, enquanto que no segundo se passará precisamente o inverso.

Visto isto, quais serão as condições para uma ampla permanência da língua

portuguesa no futuro?

“A primeira condição é a sua difusão natural, o que depende do simples factor físico do número de pessoas que a fala naturalmente”¹.

Neste aspecto, e apesar das más políticas dos vários países que lhe servem de casa, a língua portuguesa conhece hoje um desenvolvimento e progressão um pouco por todo o mundo. A língua portuguesa tem verificado um aumento de falantes naturais, especialmente nas antigas possessões portuguesas no continente africano. O português não foi língua metodicamente implantada no continente africano até alturas da Conferência de Berlim de 1884-1885, o que reduz para um período inferior a 100 anos (2-3 gerações) a verdadeira fase colonial. Durante este período, a língua tinha a regra europeia e o seu domínio era condição de ascensão social. Após a descolonização, o modelo europeu de português deixou de estar tão presente, o que, se por um lado veio enriquecer o vocabulário da variante africana do português, por outro abriu as portas para a ascensão social. Isto, aliado à inteligente regra que defendia que o “princípio de apropriação da língua do colonizador como instrumento de libertação é a maior conquista dos colonizados”² provocou o aumento generalizado de utilizadores.

“A segunda condição é a facilidade com que poderá ser apreendida”¹

Portugal caracterizou-se desde o momento em que iniciou a aventura marítima, por uma “vigorosa capacidade de expansão, permanência e crescimento em todos os continentes”³. A CPLP possui uma importante base de apoio que lhe confere uma capacidade de mobilização intercontinental: a eficácia (voluntária ou circunstancial) do passado expansionista do Portugal da época imperial. Algo aconteceu com a língua portuguesa que permitiu que se fixasse e fosse tão bem tolerada ao longo dos tempos.

Alguns linguistas vêem uma explicação na relativa simplicidade da sintaxe. Poderá assim ser. A verdade é que nem os holandeses nem os alemães que tentaram, os primeiros mais que os segundos, estabelecer colónias fora do continente europeu, conseguiram o mesmo feito. Isso não impede, no entanto que a Alemanha tenha uma política agressiva e eficaz de promoção da “sua” língua através do “Goethe Institut”. A língua portuguesa tem claramente uma vantagem comparativa em todos os campos... Bastaria aos países que de facto se lembrassem que uma política cultural e linguística é a máquina que reboca toda uma série de vantagens que vão do campo político ao económico.

“A terceira condição é que a língua terá de ser o mais flexível possível de modo a poder responder na íntegra, a todas as formas de expressão possíveis”¹

Nas vastas áreas descontínuas por todo o mundo onde o português é falado há diferenças e variações na pronúncia, gramática e vocabulário. Sucede o mesmo em todas as línguas vivas. Apesar de não se poder negar as diferenças, estas não são suficientes para desafiar a estrutura básica da língua. Apesar da sua longa história, a língua portuguesa continua a manter uma respeitável coesão no seio das suas muitas variações. Não se justificam batalhas científicas para harmonizar ortografias que, afinal são aquilo que

¹ Fernando Pessoa

² Amílcar Cabral

³ Clóvis Brigagão

permite a vida e identidade própria da língua num enquadramento cultural que de per si é forçosamente diferente.

O papel das novas comunidades linguísticas no seio da globalização

Existe um papel bastante preciso que é atribuído às comunidades que, tal como a CPLP, se baseiam na comunhão de interesses linguísticos e culturais.

A globalização inclui na sua componente social poderosos sistemas políticos, culturais e económicos que devem ser, à partida, um domínio para uso do conjunto das comunidades humanas. Como é evidente, as Nações isoladamente não têm a capacidade de se apropriarem destes poderosos sistemas, excepto no caso da sempre especial situação protagonizada pelos Estados Unidos da América.

É neste contexto que são atribuídas novas funções às comunidades linguísticas e culturais semelhantes à CPLP. Apenas estas comunidades linguísticas e culturais podem ser um fiel depositário para esse fim e, à primeira vista, apenas aquelas dispõem de uma força suficiente para carregar a responsabilidade de servir de mediação entre o mundial e o nacional.

A globalização implica uma perda de um conjunto importante de prerrogativas orientadoras da política externa e, não raras vezes, interna de cada Estado. O pessoal dá frequentemente lugar ao colectivo, o individual cede lugar ao normalizado e o específico perde importância em favor do harmonizado.

É assim que o interesse individual dos Estados vai, paulatinamente perdendo terreno a favor de uma artificial harmonização que, por seu turno, suprime as características intrínsecas de cada um e dando lugar a uma massa uniforme e sem carácter distintivo.

Na onda deste processo, todos os domínios são atingidos: o técnico, o económico, o político e mesmo o domínio linguístico e cultural... Não terá sido por simples “birra” ou demagogia que a França insistiu na cláusula de excepção cultural no então GATI

Como contrapeso a uma má globalização, as organizações como a nossa CPLP são, e cada vez mais o são, um importante instrumento de combate e de afirmação para o conjunto dos povos que as integram.

Dito isto, permitam-me que saliente que não sou dos que se posicionam em movimentos anti-globalização, mormente irracionais e politicamente instrumentalizados. A globalização poderá ser tudo menos uma evolução estéril e sem sentido.

Entre os que defendem um retorno aos velhos idealismos nacionalistas como arma contra a globalização e os apologistas da globalização enquanto processo indispensável e sem retorno em direcção a uma eventual identidade mundial libertadora, há um meio-termo. Esta moderação indispensável, encontramos-la nas novas comunidades linguísticas. Encontramo-la na CPLP. Elas têm, no seio da globalização, um papel de reconciliação entre o nacional e o mundial. Em última análise, a CPLP deve assumir-se como espaço de identificação e de convergência de ideais, de interesses e de modos de estar e de ser. Sem medos, sem complexos de inferioridade ou superioridade, nem dentro da CPLP (isso seria a sua oxidação), nem fora da CPLP (que representaria a incompatibilização com outros blocos da mesma família).

Saibam os países da CPLP encontrar um equilíbrio e paz de alma, saibam os países-membros interpretar as vontades dos povos e os interesses dos Estados — manifestados na declaração constitutiva da CPLP em 1996 — e o bloco cultural e económico poderá revelar-se menos difícil do que os caminhos marítimos que acabaram por cimentar a amizade, o respeito e o carinho que actualmente existe entre nós, países falantes da língua portuguesa.